ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DATA: 12/07/2022
LOCAL: CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA JOÃO JANUÁRIO, Nº 257, PLANURA – MG

1. Informações sobre o SIOPS aos novos membros do colegiado.
2. Formação das Comissões.
3. Informes sobre as atividades internas do CMS.

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 14h:00min (quatorze horas) na sede do Conselho Municipal de Saúde, situado na Rua João Januário nº 257, centro, Município de Planura - MG. Reuniram-se os seguintes conselheiros: Paulo Sergio da Silva, Osvaldo de Paula e Silva Neto, Reinalda Martins Borges Neves, Ana Claudia Martins Amaral, Ligia Tamburús, Celia Cristina Costa Paixão, Jarbas Lima Queiróz, Daiandra Francini Rosa Macedo Martins, Andreia Maria Souza, Alessandro Felisbino Roque, e os convidados, André Luiz Morais Parula (secretário de saúde) e Jean Fabber Braga (contador). O presidente Paulo agradeceu a presença de todos e em seguida passou a palavra ao secretário de saúde. André explicou detalhadamente ao colegiado de como funciona as prestações de contas que são inseridas dentro do DIGISUS. Falou sobre cada um dos tópicos, visando esclarecer de forma objetiva a forma com que a SMS trabalha dentro do sistema. Disse que todas as ações inseridas no DIGISUS são apresentadas e aprovadas pelo CMS. No decorrer da explicação, comentou que uma de suas metas é colocar mais uma Estratégia da Saúde da Família atendendo na UBS Aparecida Neide Costa, tendo em vista que, atualmente são atendidas mais de 5.700 (cinco mil e setecentos) pacientes, e o máximo permitido seria de apenas 4.000 (quatro mil) pacientes. Falou sobre sua pretensão em qualificar essa UBS para que possa oferecer o programa "Saúde na Hora", que viabilizaria a aplicação do horário de atendimento estendido para suprir melhor as demandas da população. Apresentou para conhecimento do colegiado, o sistema do Fundo Nacional de Saúde e explicou sobre as questões financeiras do município. O contador Jean ressaltou que na grande maioria das vezes em que o Estado envia repasses aos municípios, o que pode ser investido com aquele recurso acaba não sendo uma necessidade atual da cidade, porque é o próprio Estado quem determinado onde o dinheiro deverá ser gasto. André falou que alguma vezes acaba não conseguindo adquirir o essencial para a área da saúde devido aos recursos não atenderem a realidade do município. Informou que o Deputado Estadual vem tentando quitar a dívida do Estado para com o município e que atualmente somam a quantia de R$ 2.702.668,64 (dois bilhões setecentos e dois mil seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos). O presidente Paulo ressaltou a importância de ter um profissional técnico qualificado, para que o mesmo tenha conhecimento da forma adequada que o dinheiro recebido pelo Estado deverá ser investido. Jean explicou que esses repasses chegam com base nas metas cumpridas pelo município precisam ser inseridas no sistema, e, se não houver alimentação dessas informações ao Governo Federal, o município fica prejudicado financeiramente porque deixa de receber os recursos. Disse que no ano de 2020 Planura deixou de receber um determinado repasse

devido a falta de alimentação do sistema, onde foi preciso que o município investisse com recursos próprios para conseguir arcar com os gastos de saúde. Dando continuidade Jean explicou sobre o SIOPS que é feito com base nas despesas orçamentárias. Falou que os documentos são feitos bimestralmente e que os arquivos de estrutura para preenchimento são liberados dentro do próprio sistema, mas que até o momento essa função não está disponibilizada para o ano de 2022 e que consegue fazer essa alimentação do sistema somente após a liberação desse arquivo pela União. Disse que referente ao SIOPS exercício de 2021, Planura ficou entre os dez primeiros municípios do Brasil a ter efetuado o preenchimento dos dados. Continuando, explicou detalhadamente sobre todas informações inseridas dentro do SIOPS e ressaltou que o município precisa investir no mínimo 15% dos recursos com saúde, mas que atualmente é investido em média 23%. Destacou que o município muitas vezes é prejudicado financeiramente devido ao cadastramento do Censo Demográfico, que acaba ficando defasado devido a falta de cadastro da população flutuante, explicou que alguns recursos são recebidos com base na quantidade populacional. Orientou que precisaria ser explicado aos pesquisadores do Censo durante as épocas de pesquisas sobre essa logística da cidade sobre a população flutuante. O conselheiro Osvaldo falou sobre um possível preenchimento inadequado desses dados do Censo por meio dos pesquisadores que deveriam passar de casa em casa colhendo essas informações. Logo após Jean se colocou a disposição do colegiado entre todas segundas a quartas-feiras na prefeitura e ressaltou que todas as informações relacionadas ao SIOPS é publica e se encontra disponibilizada para qualquer cidadão no Portal da Transparência. Em seguida foi feito entrega dos crachás aos conselheiros pelo secretário de saúde. O presidente reforçou a importância do uso dos crachás, principalmente quando forem até os departamentos públicos. Ressaltou que todos os trabalhos desenvolvidos pelo CMS serão documentados. Explicou sobre os ofícios emitidos a fiscal do código de posturas e departamento da vigilância em saúde, para que seja apurado sobre os imóveis fechados onde os proprietários precisam ser notificados e posteriormente multados caso o problema não for resolvido. Comunicou também sobre ofício enviado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Assunto Urbanos e Planejamento, solicitando a descaracterização dos carros doados pela SMS. O conselheiro Jarbas comunicou que a licitação para o mutirão de limpeza começará na primeira quinzena de agosto, e, que a assessoria de imprensa fará a arte para divulgação e informação da população. O secretário de saúde André disse que esse procedimento administrativo sobre a Campanha de Trabalho ao mosquito Aedes Aegypti, está relacionado aos altos índices de dengue daquela época, mas que, emitiu resposta a promotoria em tempo hábil, sendo entregue cópia da resposta ao CMS e legislativo. Explicou que estava com o quadro de agendes epidemiológicos defasado, mas que já foram feitas novas contratações. Comentou sobre a importância de ser realizado um trabalho em sinergia com o setor de endemias juntamente com o setor de limpeza pública e serviços urbanos, se tratando principalmente do fiscal do código de posturas que é responsável pelas notificações e multas para que essas ações sejam efetivadas corretamente. Ressaltou sobre o impacto financeiro que os surtos de dengue geram no setor da saúde, sendo que para a utilização do UBV pesado, um litro do inseticida usado para pulverização custa em média R$ 900,00 (novecentos reais). Jarbas lembrou ainda que, as questões de dengue geram muitos outros gastos para a saúde relacionado aos exames para

o fechamento de diagnóstico dos pacientes. André reforçou que todas ações firmadas no TAC 2018/2019 estão sendo executadas. Disse que o jurídico da prefeitura está agendando audiência com a promotoria e se for possível tem intenção de levar um representante do CMS para estar participando da mesma. Finalizando, as comissões ficaram definidas da seguinte maneira: "*Orçamento, Finanças, Licitações e Prestações de Contas*": Titulares: Ana Claudia Martins Amaral, Paulo Sergio da Silva, Del Marina Mendes Silva Januário, Ligia Tamburús; Suplentes: Marcia Esper, Anderson Rodrigues Correia Souza, José Silva, Tatyane Lemos Hipolito Martins. "*Recursos Humanos, Fiscalização das Ações de Saúde, Promoção e Divulgação do Conselho na Sociedade, e Interação com outros Conselhos*": Titulares: Paulo Sergio da Silva, Reinalda Martins Borges Neves, Osvaldo de Paula e Silva Neto, Alessandro Felisbino Roque; Suplentes: Andreia Maria Souza, Marcia Esper, Del Marina Mendes Silva Januário, Adriano Luiz dos Santos. "*Saneamento, Meio Ambiente e Obras*": Titulares: Andreia Maria Souza, Jarbas Lima Queiróz, Daiandra Francini Rosa Macedo Martins, Celia Cristina Costa Paixão; Suplentes: Osvaldo de Paula e Silva Neto, Ligia Tamburús, Ana Claudia Martins Amaral, Reinalda Martins Borges Neves. "*Vigilância em Saúde*": Titulares: Jarbas Lima Queiróz, José Silva, Adriano Luiz dos Santos, Tatyane Lemos Hipolito; Suplentes: Daiandra Francini Rosa Macedo Martins, Celia Cristina Costa Paixão, Alessandro Felisbino Roque, Anderson Rodrigues Correia Souza. Nada mais havendo a ser tratado, à reunião foi dada por encerrada e para constar foi lavrada a presente ata, assinada e lida por mim, Karen Rany Barbosa Marcolino, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde e demais presentes:

Andréia Maria Souza, Daiandra, Ana Claudia Martins Amaral, Celia Cristina Costa Paixão, Jarbas Lima Queiroz, Ligia Tamburús,